

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em seu caderno de provas, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética devem ser considerados premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Questão 1

Antes da reforma administrativa implementada no Brasil, em 1936, o Estado brasileiro se caracterizava por ser

- A burocrático e patrimonialista.
- B patrimonialista e oligárquico.
- C gerencialista e descentralizado.
- D patrimonialista e empreendedor.
- E federativo e burocrático.

Questão 2

A aplicação gerencial de parâmetros éticos e de responsabilidade social em uma organização é denominada

- A governabilidade.
- B *accountability*.
- C responsividade ético-corporativa.
- D responsabilidade socioambiental.
- E governança.

Questão 3

No nível operacional, a função administrativa de organização se manifesta por meio da promoção de

- A desenho departamental.
- B planejamento estratégico.
- C desenho organizacional.
- D modelagem de trabalho.
- E planejamento de cargos e salários.

Questão 4

Organização pública que estabeleça seu desenho organizacional com base em produtos ou serviços públicos que forneça adota o critério de departamentalização

- A por entrega.
- B funcional.
- C por produtos.
- D geográfica.
- E por clientela.

Questão 5

Em sua aplicação à gestão de pessoas, a função da administração denominada direção pode manifestar-se na tarefa de

- A gerir conflitos.
- B designar as tarefas de cada equipe.
- C estabelecer objetivos por projeto.
- D adotar ações corretivas para resultados não atingidos.
- E mensurar resultados parciais.

Questão 6

Considere que o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará tenha declarado inconstitucional, por decisão definitiva, determinado ato normativo estadual e municipal, em sede de controle incidental. Nessa situação, com base na constituição do referido estado, é competência exclusiva da assembleia legislativa, na medida em que se der a declaração judicial, suspender a execução,

- A somente em parte, do ato municipal.
- B no todo ou em parte, de ambos os atos.
- C no todo, somente do ato estadual.
- D somente em parte, do ato estadual.
- E no todo, somente do ato municipal.

Questão 7

De acordo com seu regimento interno, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a atribuição de decidir, em primeira instância, recursos contra atos da diretoria-geral da secretaria é do

- A vice-presidente.
- B primeiro secretário.
- C segundo secretário.
- D quarto secretário.
- E terceiro secretário.

Questão 8

Conforme o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado Ceará, no que se refere à inviolabilidade e à imunidade parlamentar, se deputado estadual cometer crime, somente poderá ser preso em flagrante,

- A após a expedição do diploma, por crime inafiançável, competindo à Comissão de Fiscalização e Controle, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.
- B após a eleição, por crime inafiançável ou não, competindo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.
- C após a eleição, por crime inafiançável, competindo à Comissão de Fiscalização e Controle, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.
- D após a eleição, por crime inafiançável ou não, competindo à Ouvidoria Parlamentar, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.
- E após a expedição do diploma, por crime inafiançável, competindo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após o rito procedimental na casa legislativa, oferecer parecer prévio sobre o relaxamento ou não da prisão.

Questão 9

Servidor público do estado do Ceará, que se afaste, durante o estágio probatório, do exercício de suas funções terá suspensão do estágio durante o período de afastamento, se for por motivo de

- A** júri.
- B** férias.
- C** desempenho de função eletiva federal.
- D** licença especial.
- E** licença à servidora gestante.

Questão 10

Na estrutura administrativa da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, considera-se órgão de assessoramento

- A** o Programa de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor (Procon Assembleia).
- B** o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos.
- C** a Coordenadoria de Eventos e Cerimonial.
- D** a Corregedoria Parlamentar.
- E** o Comitê de Prevenção e Combate à Violência.

Questão 11

Regime jurídico administrativo é conceito amplo que pode possuir variados significados, inclusive atingindo indistintamente situações da administração direta e autárquica, característica de direito público, ou das empresas estatais e fundações privadas do Estado, em que o direito privado ganha relevo. Nesse contexto, assinale a opção que corresponde ao princípio distintivo e caracterizador de maior incidência das regras de direito público no regime jurídico administrativo.

- A** boa-fé
- B** segurança jurídica
- C** eticidade
- D** razoabilidade
- E** supremacia do interesse público

Questão 12

Considerando as regras que regem o processo administrativo e, especificamente, a competência, assinale a opção correta.

- A** Os atos de caráter normativo podem ser delegados, desde que circunstâncias de ordem técnica o exijam.
- B** Inexistindo vedação legal específica, mostra-se viável a delegação de parte de competência de um órgão para outro, mesmo que não exista relação de subordinação hierárquica entre eles.
- C** O agente público delegante é responsável pelas decisões adotadas pelo delegado.
- D** Quando presente situação de índole social, a delegação de competência para o julgamento de recursos administrativos é viável.
- E** Considerando o poder hierárquico, o processo administrativo deverá ser iniciado, em regra, perante a autoridade de maior grau.

Questão 13

Considerando que o inadimplemento das obrigações, por culpa do particular, nas contratações realizadas pela administração pública impõe o dever de aplicação de penalidade, assinale a opção correspondente ao princípio caracterizador do regime administrativo que torna obrigatória a efetivação da sanção.

- A** publicidade
- B** indisponibilidade do interesse público
- C** vinculação ao contrato
- D** aderência aos deveres anexos
- E** função social

Questão 14

Julgue os itens que se seguem, considerando as modalidades de licitação previstas na Lei n.º 8.666/1993 e na Lei n.º 10.520/2002.

- I** Concorrência é a modalidade de ampla participação em que, na fase inicial de habilitação preliminar, os interessados devem comprovar possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos em edital para execução do objeto previsto.
- II** Convite é a modalidade utilizada para seleção de trabalho técnico, científico ou artístico, cujos critérios estejam previamente descritos em edital, inclusive quanto a remuneração ou instituição de prêmios aos vencedores.
- III** Pregão é a modalidade utilizada para aquisição de bens e serviços comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- IV** Tomada de preços é a modalidade de licitação utilizada para a venda de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** II e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.
- E** I e III.

Questão 15

Considerando a atual redação das regras previstas na Lei n.º 8.429/1992, relativas à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A** A prescrição para propositura de ação que vise à imputação de sanções deve ocorrer no prazo de dez anos após o término do exercício do mandato.
- B** A aplicação de sanções previstas na referida lei está condicionada a rejeição de prestação de contas pelo tribunal de contas competente.
- C** A caracterização de ato de improbidade decorrente da inobservância de princípios da administração pública depende da ocorrência de prejuízo ao erário.
- D** Caracteriza ato de improbidade administrativa concorrer para a elaboração de ato que vise à incorporação ao patrimônio particular de imóvel público de valor abaixo do de mercado.
- E** A perda de função pública efetiva-se com a condenação em segunda instância, independentemente da ocorrência de trânsito em julgado da decisão.

Questão 16

O Supremo Tribunal Federal (STF), analisando em controle concentrado de constitucionalidade o texto da Lei Y, decidiu por sua inconstitucionalidade, uma vez que a Câmara dos Deputados não possuía competência para iniciar o processo legislativo. Posteriormente, em relação à matéria tratada no texto da mesma lei, a Suprema Corte entendeu que seu conteúdo não afrontava a CF.

Diante dessa situação hipotética e de acordo com os termos da CF, assinale a opção correta.

- A** O julgamento pelo STF da constitucionalidade ou inconstitucionalidade de leis comprova que a CF é flexível.
- B** A guarda da CF é atribuída precipuamente à Câmara dos Deputados e, reflexamente, ao Poder Judiciário, por intermédio do STF.
- C** A competência atribuída pela CF ao STF demonstra que a relação hierárquica de normas é inaplicável no direito brasileiro.
- D** O STF exerce o controle preventivo das leis.
- E** A constitucionalidade das leis pode ser analisada sob a perspectiva material, de seu conteúdo, e formal, relacionada ao processo de formulação.

Questão 17

Tendo como referências a CF e a jurisprudência do STF, acerca de partidos políticos, julgue os itens subsequentes.

- I A criação de partidos políticos é livre e não pode ser limitada pelo Poder Judiciário, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral somente a checagem do cumprimento de aspectos formais.
- II A utilização de organizações paramilitares pelos partidos é expressamente vedada pelo texto constitucional.
- III Partido que receba parlamentar transferido por justa causa não fará jus à eventual sucessão da vaga.
- IV Ao partido político que tiver eleito quinze deputados, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, será assegurado o acesso gratuito a rádio e televisão e, ainda, o direito a recurso do fundo partidário.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** I e IV.
- C** II e IV.
- D** I, II e III.
- E** II, III e IV.

Questão 18

Considerando as disposições da CF a respeito da competência para legislar acerca de trânsito, juntas comerciais e navegação lacustre e fluvial, assinale a opção correta.

- A** Os municípios possuem competência, concorrentemente com a União, para legislar sobre trânsito.
- B** Os estados possuem competência suplementar para legislar sobre trânsito.
- C** O estado pode legislar sobre navegação lacustre e fluvial, desde que lei complementar específica o autorize.
- D** Não existindo lei estadual com regras gerais sobre juntas comerciais, os municípios exercerão a competência legislativa plena.
- E** A União pode estabelecer normas específicas sobre juntas comerciais, e não apenas normas gerais.

Questão 19

Zeca, nascido na Guiana Francesa e filho de pai brasileiro, teve seu nascimento registrado em repartição brasileira competente e optou pela nacionalidade brasileira. Com 21 anos de idade e domiciliado no estado do Amapá, Zeca pretende candidatar-se ao cargo de deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, embora ainda não possua filiação partidária.

Nessa situação hipotética, nos termos da CF,

- A** Zeca precisa filiar-se a algum partido para concorrer como candidato a cargo público elegível.
- B** O local de residência de Zeca é irrelevante para concorrer ao cargo de deputado estadual.
- C** Zeca é inelegível por ter nascido na Guiana Francesa.
- D** Zeca seria considerado brasileiro naturalizado somente se sua mãe e seu pai fossem brasileiros natos.
- E** A idade de Zeca o impede de concorrer ao cargo de deputado estadual.

Questão 20

No que concerne à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue os itens a seguir.

- I A aplicação das subvenções e renúncias de receitas não é objeto de fiscalização externa pelo Congresso Nacional, uma vez que são realizadas, necessariamente, por intermédio de lei.
- II É considerada título executivo decisão do Tribunal de Contas da União que impute multa.
- III O julgamento das contas anuais do presidente da República é realizado pelo Tribunal de Contas da União, com posterior remessa de decisão, para convalidação pelo Congresso Nacional.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas o item III está certo.
- D** Apenas os itens I e II estão certos.
- E** Apenas os itens II e III estão certos.

Espaço livre